

FERNANDO CAPEZ

Procurador de Justiça licenciado e Diretor Executivo da Fundação PROCON-SP. Deputado Estadual por três mandatos. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de São Paulo (2007-2010). Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (2015-2017) e Presidente do Colégio de Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil (2015-2017). Mestre pela USP e Doutor pela PUC-SP. Professor da Escola Superior do Ministério Público e de Cursos Preparatórios para Carreiras Jurídicas. Autor de obras jurídicas.

CURSO DE PROCESSO PENAL

27ª edição
2020

saraiva  jur



Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais Fernando Penteado

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Planejamento Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Novos projetos Melissa Rodríguez Arnal da Silva Leite

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Fernanda Matajs (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Amanda Mota Loyola
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Breno Lopes de Souza
Josiane de Araujo Rodrigues
Kelli Priscila Pinto
Laura Paraiso Buldrini Filogônio
Marília Cordeiro
Mônica Gonçalves Dias

Diagramação e revisão Textos & Livros
Capa Aero Comunicação
Produção gráfica Marti Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Capez, Fernando

Curso de processo penal / Fernando Capez. – 27. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
904 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-536-1403-5 (impresso)

1. Processo penal 2. Processo penal – Jurisprudência - Brasil I. Título.

20-0101

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Processo penal : Direito penal 343.1

Data de fechamento da edição: 23-1-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606080 CAE 705993

ÍNDICE

<i>Sobre o Autor</i>	7
<i>Abreviaturas</i>	9
<i>Prefácio</i>	41
1. Introdução	45
1.1. Conceito de processo penal	45
1.2. O processo penal e o direito de punir.....	45
1.3. Conteúdo do processo penal	47
Questões	48
2. Jurisdição.....	49
2.1. Interesse, pretensão, conflitos de interesse e litígio.....	49
2.2. Autotutela.....	50
2.3. Autocomposição.....	51
2.4. A intervenção de terceiro, a mediação e o processo	51
2.5. Características da jurisdição.....	53
2.5.1. Substitutividade.....	53
2.5.2. Escopo de atuação do direito	53
2.5.3. Inércia.....	54
2.5.4. Imutabilidade (ou definitividade).....	54
2.5.5. Lide	54
2.6. Princípios próprios da jurisdição	55
2.6.1. Investidura.....	55
2.6.2. Indelegabilidade	55
2.6.3. Inevitabilidade.....	55
2.6.4. Inafastabilidade (ou princípio do controle jurisdicio- nal).....	55
2.6.5. Juiz natural.....	55
2.7. Finalidades da jurisdição.....	59
2.8. Espécies de jurisdição	60

2.9. Jurisdição necessária.....	60
Questões.....	60
3. Processo.....	61
3.1. Processo, procedimento e relação jurídica processual.....	61
3.2. Elementos identificadores da relação processual.....	62
3.2.1. Sujeitos processuais	63
3.2.2. Objeto da relação processual.....	63
3.2.3. Pressupostos processuais	63
3.3. Formas do procedimento	64
3.4. Princípios gerais informadores do processo.....	67
3.4.1. Imparcialidade do juiz	67
3.4.2. Igualdade processual	67
3.4.3. Contraditório.....	67
3.4.4. Ampla defesa	69
3.4.5. Da ação ou demanda.....	69
3.4.6. Da disponibilidade e da indisponibilidade.....	70
3.4.7. Oficialidade	71
3.4.8. Oficiosidade.....	71
3.4.9. Da verdade formal ou dispositivo	71
3.4.10. Da verdade material ou da livre investigação das provas	71
3.4.11. Do impulso oficial.....	72
3.4.12. Da persuasão racional do juiz	72
3.4.13. Da motivação das decisões judiciais	72
3.4.14. Publicidade	73
3.4.15. Lealdade processual.....	74
3.4.16. Economia processual.....	74
3.4.17. Celeridade processual.....	74
3.4.18. Duplo grau de jurisdição.....	76
3.4.19. Juiz natural	76
3.4.20. Promotor natural.....	77
3.5. Pretensão punitiva	77
3.6. Princípios informadores do processo penal.....	78
3.6.1. Verdade real.....	78
3.6.2. Legalidade.....	80
3.6.3. Oficialidade	80
3.6.4. Oficiosidade.....	81
3.6.5. Autoritariedade.....	81
3.6.6. Indisponibilidade	81
3.6.7. Publicidade	81

3.6.8. Contraditório.....	82
3.6.9. Iniciativa das partes (<i>ne procedat iudex ex officio</i>).....	82
3.6.10. <i>Ne eat iudex ultra petita partium</i>	83
3.6.11. Identidade física do juiz	84
3.6.12. Devido processo legal.....	84
3.6.13. Inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos	85
3.6.14. Estado de inocência.....	86
3.6.15. Presunção de inocência e a prisão cautelar	88
3.6.16. <i>Favor rei</i>	89
3.6.17. Brevidade processual	89
3.6.18. Promotor natural.....	89
3.7. Tipos de processo penal	90
3.7.1. Acusatório.....	90
3.7.2. Inquisitivo	90
3.7.3. Misto.....	90
Jurisprudência	91
Questões.....	93
4. Eficácia da lei processual penal no tempo.....	94
Jurisprudência	98
Questões.....	99
5. Eficácia da lei processual penal no espaço.....	100
Questões.....	101
6. Imunidades.....	102
6.1. Imunidades diplomáticas.....	102
6.2. Imunidades parlamentares.....	102
6.3. Imunidade material.....	103
6.4. Imunidade processual	105
6.5. Imunidade prisional	106
6.6. Do foro especial por prerrogativa de função	106
6.7. Prerrogativa de foro de outras autoridades	108
6.8. Imunidade para servir como testemunha.....	109
6.9. Imunidades parlamentares e estado de sítio.....	109
6.10. Vigência e retroatividade da EC n. 35/2001	109
6.11. Imunidade penal temporária do presidente da República....	110
Jurisprudência	110
Questões.....	111

7. Interpretação da lei processual penal.....	112
7.1. Conceito.....	112
7.2. Espécies.....	112
7.3. Interpretação da norma processual.....	113
7.4. Formas de procedimento interpretativo	113
Questões.....	113
8. Analogia.....	114
8.1. Conceito	114
8.2. Fundamento	114
8.3. Natureza jurídica.....	114
8.4. Distinção	114
8.5. Espécies.....	115
8.6. Norma processual.....	115
Jurisprudência	115
Questões.....	116
9. Fontes do direito processual penal.....	117
9.1. Conceito	117
9.2. Espécies.....	117
9.3. Fonte de produção	117
9.4. Fonte formal.....	117
9.5. Costume	118
9.6. Princípios gerais do direito	118
9.7. Lei processual	118
Questões.....	118
10. Inquérito policial.....	119
10.1. Conceito.....	119
10.2. Polícia judiciária.....	119
10.3. Competência e atribuição	120
Jurisprudência	122
10.4. Finalidade	123
10.5. Inquéritos extrapoliciais.....	123
Jurisprudência	125
10.6. Características.....	126
10.6.1. Procedimento escrito.....	126

10.6.2. Sigiloso.....	126
10.6.3. Oficialidade.....	127
10.6.4. Oficiosidade.....	127
10.6.5. Autoritariedade.....	127
10.6.6. Indisponibilidade.....	127
10.6.7. Inquisitivo.....	127
Jurisprudência.....	128
10.7. Valor probatório.....	129
Jurisprudência.....	129
10.8. Vícios.....	130
Jurisprudência.....	131
10.9. Juizados especiais (Lei n. 9.099/95).....	131
10.10. Dispensabilidade.....	132
Jurisprudência.....	132
10.11. Incomunicabilidade.....	133
10.12. <i>Notitia criminis</i>	133
10.13. Início do inquérito policial.....	134
10.13.1. Crime de ação penal pública incondicionada (CPP, art. 5º, I e II, §§ 1º, 2º e 3º).....	134
10.13.2. Crime de ação penal pública condicionada (CPP, art. 5º, § 4º).....	136
10.13.3. Crime de ação penal privada (CPP, art. 5º, § 5º) ..	137
10.14. Peças inaugurais do inquérito policial.....	137
Jurisprudência.....	138
10.15. Providências.....	140
10.16. Indiciamento.....	146
Jurisprudência.....	150
10.17. Encerramento.....	153
10.18. Prazo.....	154
10.19. Prazos especiais.....	157
10.20. Contagem do prazo.....	157
Jurisprudência.....	158
10.21. Arquivamento.....	159
10.22. Investigações criminais presididas diretamente pelo repre- sentante do Ministério Público.....	160
Jurisprudência.....	164
10.23. Investigação do crime de tráfico de pessoas.....	169
Questões.....	171

11. AÇÃO PENAL.....	172
11.1. Conceito	172
11.2. Características.....	172
11.3. Espécies de ação penal no direito brasileiro.....	172
11.4. As condições da ação penal.....	174
11.4.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	174
11.4.2. Interesse de agir	175
11.4.3. Legitimação para agir	175
11.5. Ação penal pública incondicionada: titularidade e princípios	179
11.5.1. Titularidade	179
11.5.2. Princípio da obrigatoriedade	179
11.5.3. Princípio da indisponibilidade.....	180
11.5.4. Princípio da oficialidade.....	181
11.5.5. Princípio da autoritariedade.....	181
11.5.6. Princípio da oficiosidade	181
11.5.7. Princípio da indivisibilidade	181
11.5.8. Princípio da intranscendência.....	182
11.5.9. Princípio da suficiência da ação penal.....	182
11.6. Ação penal pública condicionada	183
11.6.1. Conceito.....	183
11.6.2. Ação penal pública condicionada à representação	184
11.6.3. Crimes cuja ação depende de representação da vítima ou de seu representante legal.....	184
11.6.4. Natureza jurídica da representação	185
11.6.5. Titular do direito de representação	185
11.6.6. Prazo	187
11.6.7. Forma	189
11.6.8. Destinatário	190
11.6.9. Irretratabilidade	190
11.6.10. Não vinculação	191
11.6.11. Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	191
11.6.12. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	192
11.6.12.1. Regra: a ação será pública condicionada à representação do ofendido, incluído o estupro cometido com violência real	192
11.6.12.2. Superação da Súmula 608 do STF	193
11.6.12.3. Casos excepcionais de ação penal pública incondicionada.....	194

11.6.13. Ação penal nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006	194
Jurisprudência	195
11.7. Ação penal privada: conceito, fundamento e princípios...	196
11.7.1. Conceito.....	196
11.7.2. Fundamento.....	197
11.7.3. Titular	197
11.7.4. Princípio da oportunidade ou conveniência	198
11.7.5. Princípio da disponibilidade	198
11.7.6. Princípio da indivisibilidade	199
11.7.7. Princípio da intranscendência.....	199
11.8. Ação penal privada: espécies.....	199
11.8.1. Exclusivamente privada, ou propriamente dita	199
11.8.2. Ação privada personalíssima	199
11.8.3. Subsidiária da pública.....	200
11.8.4. Ação penal secundária.....	201
11.9. Crimes de ação penal privada no Código Penal	201
11.10. Prazo da ação penal privada	202
11.11. Distinção entre prazo penal e prazo processual.....	204
Jurisprudência	205
11.12. Taxa judiciária na ação penal privada.....	206
Questões.....	206
12. Denúncia e queixa	207
12.1. Conceito	207
12.2. Requisitos: art. 41 do Código de Processo Penal.....	207
Jurisprudência	212
12.3. Omissões.....	215
12.4. Prazo para a denúncia (CPP, art. 46)	216
12.5. Prazo para a queixa (CPP, art. 38)	216
12.6. Aditamento da queixa	216
12.7. Rejeição da denúncia ou queixa: art. 395 do CPP	217
12.7.1. Inépcia da denúncia ou queixa	218
12.7.2. Ausência de pressuposto processual	218
12.7.3. Ausência de condição para o exercício da ação penal	218
12.7.4. Ausência de justa causa para o exercício da ação penal	220

12.8. Fundamentação no recebimento	220
12.9. Recurso	221
12.10. Absolvição sumária.....	222
12.11. Rejeição posterior da denúncia recebida	222
Jurisprudência	223
Questões.....	225
13. Ação civil <i>ex delicto</i>	226
Questões.....	231
14. Sujeitos processuais	232
14.1. Juiz penal.....	233
14.2. Prerrogativas e vedações.....	235
14.3. Ministério Público	236
14.4. Prerrogativas e vedações.....	237
14.5. Princípios – art. 127, § 1º, da Constituição Federal	238
14.5.1. Unidade e indivisibilidade.....	238
14.5.2. Independência	238
14.5.3. Autonomia funcional e administrativa (art. 127, § 2º, da CF/88).....	239
14.6. Querelante.....	239
14.7. Acusado	239
14.8. Identificação	241
14.9. Presença, direito ao silêncio e revelia.....	242
14.10. Outras garantias fundamentais	244
14.11. Defensor	245
14.12. Defensor constituído.....	247
14.13. Defensor dativo	248
14.14. Curador.....	249
14.15. Assistente.....	249
14.16. Ministério Público e ação penal privada	250
14.17. Funções do assistente: natureza jurídica.....	253
14.18. Admissão	256
14.19. Atividades do assistente	257
14.20. Prazo para interpor recurso	261
Jurisprudência	263
Questões.....	264

15. Competência.....	265
15.1. Conceito de jurisdição.....	265
15.2. Origem etimológica da palavra “jurisdição”	266
15.3. Princípios da jurisdição	266
15.4. Características da jurisdição	266
15.5. Competência	267
15.6. Conceito de competência.....	267
15.7. Espécies de competência	267
15.8. Como saber qual o juízo competente?	268
15.9. Outros critérios para saber qual o juiz competente	285
15.10. Diferença entre competência material e competência fun- cional.....	286
15.11. Competência absoluta e relativa	287
15.12. Prorrogação de competência necessária e voluntária	287
15.13. Delegação de competência	288
15.14. Competência <i>ratione materiae</i> na Constituição Federal ...	288
15.15. Competência pelo lugar da infração: teoria adotada e regras especiais	289
15.16. Competência pelo domicílio ou residência do réu	291
15.17. Competência pela natureza da infração.....	291
15.17.1. Federalização das causas relativas a direitos huma- nos. Do incidente de deslocamento de competên- cia (EC n. 45/2004).....	298
15.17.2. Do Tribunal Penal Internacional. Competência para julgar genocídio, crimes de guerra, contra a humanidade e de agressão (EC n. 45/2004).....	299
15.18. Competência por distribuição.....	300
15.19. Competência por conexão	301
15.19.1. Espécies de conexão.....	301
15.20. Competência por continência	302
15.21. Foro prevalente.....	303
15.22. Separação de processos.....	305
15.23. Competência por prevenção	306
15.24. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	307
Jurisprudência	308
Questões.....	314

16. Prisão	315
16.1. Introdução	315
16.1.1. Finalidade das novas regras da prisão provisória..	315
16.1.2. Prisão provisória: imprescindibilidade.....	315
16.1.3. Hipóteses de prisão provisória: ser preso e permanecer preso	315
16.1.4. Caráter excepcional da prisão preventiva: restrição de hipóteses para seu cabimento e natureza subsidiária como providência cautelar.....	316
16.1.5. Revisão obrigatória de todos os casos de prisão provisória	317
16.1.6. Modificações operadas no instituto da fiança	317
16.1.7. Aplicação da lei processual penal no tempo	317
16.2. Conceito	318
16.3. Espécies de prisão	318
16.4. Mandado de prisão.....	322
16.5. Prisão em domicílio.....	323
16.6. Prisão em perseguição	323
16.7. Prisão fora do território do juiz.....	324
16.8. Custódia	324
16.9. Uso de algemas	325
16.10. Prisão especial.....	329
16.11. Prisão provisória domiciliar	330
16.12. Prisão em flagrante.....	331
16.12.1. Espécies de flagrante.....	331
16.12.2. Flagrante nas várias espécies de crimes.....	335
16.12.3. Sujeitos do flagrante	336
16.12.4. Auto de prisão em flagrante	338
16.12.5. Modificações operadas pela Lei n. 12.403/2011: reflexos na prisão em flagrante	343
16.12.6. Relaxamento da prisão em flagrante pela própria autoridade policial	344
16.12.7. Prisão em flagrante por apresentação espontânea.....	345
16.12.8. Audiência de custódia.....	346
16.13. Prisão preventiva	348
16.13.1. Conceito.....	348
16.13.2. Natureza.....	348
16.13.3. Presunção da inocência e prisão cautelar.....	349

16.13.4. Pressupostos para a prisão preventiva: <i>fumus boni iuris</i>	350
16.13.5. Requisitos para a prisão preventiva: <i>periculum in mora</i>	350
16.13.6. Hipóteses de cabimento da prisão preventiva.....	352
16.13.7. Momento para a decretação da prisão preventiva	354
16.13.8. Recurso contra a decisão que decretar a prisão preventiva	354
16.13.9. Modalidades de prisão preventiva: autônoma; transformada ou convertida; e substitutiva ou subsidiária	354
16.13.10. Prisão preventiva domiciliar	357
16.13.11. Prisão preventiva, medidas cautelares e detração penal	358
16.13.12. Prazo para conclusão do inquérito policial no caso de indiciado preso.....	360
16.13.12.1. Termo inicial do prazo na hipótese de conversão do flagrante em preventiva	360
16.13.13. Conversão do flagrante em prisão preventiva, sem oferecimento da denúncia: possibilidade.....	360
16.13.14. Fundamentação	361
16.13.15. Revogação	362
16.13.16. Momentos processuais em que a prisão preventiva deverá ser necessariamente revista.....	362
16.14. Prisão temporária	362
16.15. Medidas cautelares	366
16.15.1. Pressupostos constitucionais: necessidade e adequação.....	366
16.15.2. Caráter subsidiário da preventiva: preponderância das medidas cautelares alternativas.....	368
16.15.3. Rol de medidas cautelares.....	368
16.15.4. Necessidade e adequação para as medidas cautelares alternativas	369
16.15.5. Ressalvas legais.....	370
16.15.6. Decretação das medidas cautelares	370
16.15.7. Contraditório	371
16.15.8. Descumprimento das obrigações impostas: prisão preventiva é a <i>ultima ratio</i>	371
16.16. Liberdade provisória.....	372
16.16.1. Conceito.....	372
16.16.2. Espécies	372

16.16.3. Liberdade provisória sem a necessidade de recolhimento de fiança	373
16.16.4. Competência para a concessão.....	373
16.16.5. Recurso.....	374
16.16.6. Liberdade provisória com fiança	374
16.16.6.1. A liberdade provisória como regra.....	374
16.16.6.2. Conceito de fiança criminal	374
16.16.6.3. Natureza cautelar	374
16.16.6.4. Momento para concessão da fiança....	375
16.16.6.5. Modalidades de fiança	375
16.16.6.6. Arbitramento da fiança: critérios para a concessão.....	375
16.16.6.7. Dispensa do pagamento em razão da situação econômica.....	375
16.16.6.8. Reforço da fiança.....	376
16.16.6.9. Obrigações processuais decorrentes da fiança.....	376
16.16.6.10. Momento e competência para a sua concessão.....	376
16.16.6.11. Prática de mais de um crime passível de fiança	376
16.16.6.12. Delito afiançável e existência de motivo para decretação da prisão preventiva...	377
16.16.6.13. Quebramento da fiança	377
16.16.6.13.1. Efeitos do quebramento da fiança	377
16.16.6.14. Perdimento da fiança.....	377
16.16.6.15. Cassação da fiança	377
16.16.6.16. Infrações inafiançáveis	378
Jurisprudência	379
Questões.....	382
17. Prova	383
17.1. Conceito e objetivo	383
17.2. Objeto	383
17.2.1. Fatos que independem de prova	384
17.2.2. Fatos que dependem de prova	385
17.2.3. Prova do direito	385
17.3. Prova proibida	386
17.3.1. Conceito	386

17.3.2. Provas ilícitas por derivação e a teoria dos “frutos da árvore envenenada” (<i>fruits of the poisonous tree</i>). Princípio da proporcionalidade	388
17.3.3. Provas ilícitas e a Lei n. 11.690/2008.....	394
17.3.4. Provas ilícitas e a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicação por carta e telegráfica.....	398
17.3.5. Provas ilícitas e a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicações telefônicas.....	399
17.3.6. Inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicações telefônicas. Interceptação. Requisitos legais constantes da Lei n. 9.296/96	408
17.3.7. Provas ilícitas e a quebra do sigilo bancário e fiscal..	416
17.4. Classificação das provas	418
17.5. Meios de prova	419
17.6. Ônus da prova	421
17.6.1. Procedimento probatório	422
17.6.2. Prova emprestada	423
17.6.3. O alibi	423
17.7. Sistemas de apreciação	424
17.8. Princípios gerais das provas	425
17.9. A providência cautelar da busca e apreensão	426
17.9.1. Natureza jurídica	426
17.9.2. Objeto	426
17.9.3. Busca em repartição pública	427
17.9.4. Busca domiciliar	427
17.9.4.1. Restrição.....	429
17.9.4.2. Horário	429
17.9.4.3. Requisitos	429
17.9.5. Busca pessoal.....	429
17.9.5.1. Requisitos	429
17.9.5.2. Restrições.....	429
17.9.6. Da apreensão	429
17.10. Das perícias.....	430
17.10.1. Conceito	430
17.10.1.1. Natureza jurídica.....	430
17.10.1.2. Requisitos	430
17.10.1.3. Determinação das perícias.....	431
17.10.1.4. Espécies de perícias	431
17.10.1.5. Do procedimento da perícia	432
17.10.1.6. Laudo pericial	433

17.10.2. Do exame de corpo de delito.....	433
17.10.2.1. Conceito	433
17.10.2.2. Distinção entre corpo de delito e exame de corpo de delito	434
17.10.2.3. Distinção entre exame de corpo de delito direto e indireto	434
17.10.2.4. Indispensabilidade do exame de corpo de delito.....	434
17.10.2.5. Impossibilidade do exame de corpo de delito direto em infração que deixa vestígio	437
17.10.2.6. Espécies	438
17.10.3. Perito	438
17.10.3.1. Conceito	438
17.10.3.2. Espécies	439
17.10.3.3. Impedimentos	439
17.10.4. Perícia psiquiátrica	439
17.10.5. Questões polêmicas	439
17.11. Interrogatório	441
17.11.1. Conceito.....	441
17.11.2. Natureza	441
17.11.3. Alterações promovidas pela Lei n. 11.719/2008 ..	444
17.11.4. Características	445
17.11.5. Ausência de interrogatório no curso da ação	448
17.11.6. Princípio da identidade física do juiz.....	448
17.11.7. Interrogatório por videoconferência	450
17.11.8. Silêncio e mentira do réu	454
17.11.9. Espécies de interrogatório	455
17.11.10. Revel	455
17.11.11. O conteúdo do interrogatório.....	456
17.12. Confissão. Conceito. Fatores determinantes	457
17.12.1. Espécies de confissão	457
17.12.2. Valor probante da confissão	458
17.12.3. Características da confissão (CPP, art. 200).....	459
17.12.4. Confissão ficta	459
17.12.5. Delação	459
Jurisprudência	459
17.13. Prova testemunhal ou testemunha	460
17.13.1. Conceito	460
17.13.2. Características da prova testemunhal	461
17.13.3. Características das testemunhas.....	462

17.13.4. Dispensas e proibições.....	462
17.13.5. Testemunha suspeita. Conceito e distinções	463
17.13.6. Causas de suspeição.....	464
17.13.7. Contradita.....	464
17.13.8. Número de testemunhas	464
17.13.9. Classificação das testemunhas	465
17.13.10. Deveres da testemunha	465
17.13.11. Procedimento.....	466
17.13.12. Termo	468
17.13.13. Sistema de exame judicial	468
17.13.14. Depoimento infantil	469
17.13.15. Testemunho de policiais	469
17.13.16. Incomunicabilidade.....	470
17.13.17. Falso testemunho (art. 342 do CP)	470
17.13.18. Lugar do depoimento	471
17.13.19. Precatórias	471
17.13.20. Militares e funcionários.....	473
17.13.21. Ofendido	473
17.13.22. Questões polêmicas	475
17.14. Reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228).....	476
17.14.1. Definição e elementos	476
17.14.2. Natureza jurídica	476
17.14.3. Reconhecimento de pessoas	477
17.14.4. Reconhecimento de coisas	478
17.15. Acareação. Pressupostos	478
17.16. Documentos	479
17.16.1. Conceito legal	479
17.16.2. Função do documento.....	480
17.16.3. Produção	480
17.16.4. Limitação da produção de prova documental	480
17.16.5. Autor do documento	480
17.16.6. Meio de formação do documento	481
17.16.7. Conteúdo do documento	481
17.16.8. Autenticidade.....	482
17.16.9. Classificação geral dos documentos.....	482
17.16.10. Documento e instrumento.....	483
17.16.11. Instrumento público. Classificação. Eficácia	484
17.16.12. Instrumento particular.....	485
17.16.13. Força probante dos documentos particulares assi- nados.....	485
17.16.13.1. Da autenticidade dos documentos particulares e seus efeitos	486

17.16.13.2. Prova da data dos documentos particulares	486
17.16.14. Força probante do telegrama, radiograma e outros meios de transmissão.....	486
17.16.15. Força probante das reproduções mecânicas	486
17.16.16. Força probante dos documentos não assinados ...	487
17.16.17. Originais e cópias	487
17.16.18. Admissão de documento	488
17.16.19. Desentranhamento de documentos	489
17.16.20. Vícios dos documentos.....	489
17.16.21. Falsidade e incidente	490
17.17. Indícios e presunções	490
17.17.1. Definições	490
17.17.2. Natureza jurídica	490
17.17.3. Valor probante	491
17.18. Prova de fora da terra	491
17.19. Prova antecipada	491
17.20. Prova emprestada	492
17.21. Delação. Definição, natureza e valor.....	492
Jurisprudência	494
Questões.....	496
18. DAS QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.....	497
18.1. Compreensão do tema	497
18.1.1. Definição de prejudicialidade.....	498
18.1.2. Elementos essenciais da prejudicialidade.....	498
18.1.3. Classificação.....	498
18.1.4. Sistemas de solução.....	501
18.1.5. Prejudicial e prescrição	501
18.1.6. Efeito	501
18.1.7. Recurso contra despacho que suspende a ação	501
18.1.8. Diferença entre questão prejudicial e questão preliminar	502
18.2. As exceções	502
18.2.1. Conceito	502
18.2.2. Compreensão do tema.....	503
18.2.3. Espécies	503
18.2.4. Classificação tradicional	503
18.2.5. Suspeição	504
18.2.5.1. Processamento.....	505

18.2.5.2. Requisitos da exceção.....	506
18.2.5.3. Procedimento perante o juiz suspeito ...	506
18.2.5.4. Procedimento perante o tribunal	507
18.2.5.5. Contra quem pode ser alegada a suspei- ção?	507
18.2.5.6. Cabe exceção de suspeição contra auto- ridades policiais?	508
18.2.5.7. Efeitos da suspeição.....	508
18.2.5.8. Existe recurso contra reconhecimento espontâneo de suspeição?	508
18.2.6. Incompetência de juízo. Procedimento	508
18.2.7. Litispêndência.....	510
18.2.7.1. Elementos que identificam a demanda, impedindo a litispêndência	510
18.2.7.2. Recursos.....	510
18.2.8. Ilegitimidade de parte.....	511
18.2.8.1. Ilegitimidade <i>ad processum</i> ou <i>ad cau- sam</i>	511
18.2.8.2. Efeitos do reconhecimento	512
18.2.8.3. Recursos.....	512
18.2.8.4. Procedimento	512
18.2.9. Coisa julgada.....	512
18.2.9.1. Distinção entre coisa julgada formal e coisa julgada material	512
18.2.9.2. História.....	513
18.2.9.3. Teorias	514
18.2.9.4. Função.....	515
18.2.9.5. Natureza jurídica.....	515
18.2.9.6. Cabimento da exceção de coisa julgada	516
18.2.9.7. Rito	517
18.2.9.8. Fases.....	517
18.2.9.9. A coisa julgada no crime continuado e no concurso de agentes.....	517
18.2.10. Impedimentos do Ministério Público e órgãos auxiliares.....	517
18.2.11. Conflito de jurisdição.....	518
18.2.11.1. Conceito e espécies	518
18.2.11.2. Conflito de atribuições	518
18.2.11.3. Processamento.....	519
18.2.11.4. Competência para julgar.....	520
Jurisprudência	520

18.2.12.	Restituição de coisas apreendidas.....	523
18.2.12.1.	Restituição: objetos restituíveis, oportunidade, procedimento	524
18.2.12.2.	Coisas restituíveis e não restituíveis. Instrumentos do crime	524
18.2.12.3.	Apreensão na hipótese do art. 19 da LCP.....	525
18.2.12.4.	Produtos diretos e indiretos do crime...	526
18.2.12.5.	Restituição feita pela autoridade policial.....	527
18.2.12.6.	Restituição feita pelo juiz criminal.....	527
18.2.12.7.	Direito de terceiro de boa-fé	528
18.2.12.8.	Restituição de coisas facilmente deterioráveis.....	528
18.2.12.9.	Coisas adquiridas com os proventos do crime	529
18.2.12.10.	Destino dos objetos apreendidos.....	530
18.2.12.11.	Coisas apreendidas em face de desaminho ou contrabando.....	533
18.2.12.12.	E quando o instrumento do crime for arma de fogo?.....	533
18.2.12.13.	Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006).....	536
18.2.13.	Medidas assecuratórias	540
18.2.13.1.	Considerações iniciais.....	540
18.2.13.1.1.	O papel da vítima	540
18.2.13.1.2.	O processo reparatório....	540
18.2.13.2.	Medidas assecuratórias.....	541
18.2.13.2.1.	O sequestro previsto nos arts. 125 e 132 do CPP....	542
18.2.13.2.2.	Requisitos para o sequestro.....	543
18.2.13.2.3.	Competência.....	543
18.2.13.2.4.	Recurso.....	543
18.2.13.2.5.	Procedimento.....	543
18.2.13.2.6.	Embargos ao sequestro ...	544
18.2.13.2.7.	Competência para julgar os embargos	544
18.2.13.2.8.	Levantamento do sequestro.....	544
18.2.13.2.9.	Leilão e depósito	545
18.2.13.3.	Hipoteca legal.....	545
18.2.13.3.1.	Classificação.....	546

18.2.13.3.2. Oportunidade	546
18.2.13.3.3. Pressupostos	546
18.2.13.3.4. Finalidades	547
18.2.13.3.5. Liquidação.....	547
18.2.13.4. O arresto previsto no art. 137 do CPP...	547
18.2.13.4.1. Oportunidade	548
18.2.13.4.2. Pressupostos	548
18.2.13.5. Relação das medidas confiscatórias no processo penal e dispositivos correlatos do direito penal.....	548
18.2.14. Incidente de falsidade	549
18.2.14.1. Processamento.....	549
18.2.14.2. Efeitos	550
18.2.15. Incidente de insanidade mental do acusado. Procedimento	550
Jurisprudência	551
Questões	552
19. Sentença	553
19.1. Breve histórico.....	553
19.2. Natureza jurídica	554
19.3. Classificação das decisões.....	554
19.4. Conceito de sentença em sentido estrito.....	555
19.4.1. Classificação das sentenças em sentido estrito	555
19.4.2. Requisitos formais da sentença.....	556
19.4.3. Sentença suicida.....	557
19.4.4. Embargos declaratórios.....	557
19.4.4.1. Requisitos para a oposição dos embarguinhos.....	558
19.4.5. Efeitos da sentença.....	558
19.4.6. Princípio da correlação	559
19.4.7. <i>Emendatio libelli</i>	559
19.4.8. <i>Mutatio libelli</i>	560
19.4.8.1. <i>Mutatio libelli</i> após a Lei n. 11.719/2008	561
19.5. Sentença absolutória	563
19.5.1. Efeitos da sentença absolutória.....	564
19.6. Sentença condenatória	565
19.6.1. Efeitos da sentença condenatória	565
19.6.2. Publicação	567
19.6.3. Inalterabilidade ou retificação da sentença.....	567

19.6.4. Intimação da sentença (arts. 390 a 392 do CPP)...	567
19.6.5. Taxa judiciária	569
19.6.6. Detração penal na sentença penal condenatória..	569
19.7. Crise da instância	571
Jurisprudência	571
Questões.....	573
20. Dos processos em espécie.....	574
20.1. Processo e procedimento.....	574
20.1.1. Definição de processo.....	574
20.1.2. Sistemas processuais	574
20.1.3. Características do sistema acusatório	574
20.1.4. Pressupostos de existência da relação processual..	575
20.1.5. Pressupostos de validade da relação processual	575
20.1.6. Distinção entre processo e procedimento.....	575
20.1.7. Da reformulação dos procedimentos operada pelas Leis n. 11.689/2008 e 11.719/2008	575
20.1.7.1. Noções introdutórias.....	575
20.1.7.2. Procedimento comum. Âmbito de inci- dência	577
20.2. Procedimento ordinário	579
20.2.1. Início da instrução.....	580
20.2.1.1. Defesa inicial e absolvição sumária	580
20.2.2. Audiência de instrução e julgamento.....	585
20.3. Procedimento sumário	590
20.3.1. Introdução	590
20.3.1.1. Procedimento judicialiforme foi revoga- do.....	591
20.3.1.2. Procedimentos <i>ex officio</i> instaurados antes da Constituição Federal de 1988.....	591
20.3.1.3. Rito procedimental	591
20.4. Da citação	595
20.4.1. Conceito	595
20.4.2. Quem determina a citação	595
20.4.3. Falta de citação	595
20.4.4. Hipóteses de conhecimento da imputação antes mesmo da citação	596
20.4.5. Efeitos da citação válida	597
20.4.6. Consequências do não atendimento à citação.....	597
20.4.7. Classificação.....	598

20.4.8.	Da citação por mandado.....	598
20.4.8.1.	Requisitos intrínsecos da citação por mandado	598
20.4.8.2.	Requisitos extrínsecos da citação por mandado	599
20.4.8.3.	Dia e hora da citação.....	599
20.4.9.	Citação por carta precatória	599
20.4.9.1.	Requisitos intrínsecos da citação por carta precatória.....	600
20.4.9.2.	Caráter itinerante da carta precatória....	600
20.4.9.3.	Interrogatório por carta precatória	600
20.4.10.	Citação do militar.....	600
20.4.11.	Citação do preso	601
20.4.12.	Citação do funcionário público.....	601
20.4.13.	Réu no estrangeiro.....	602
20.4.14.	Citação por carta de ordem	602
20.4.15.	Citação por edital	603
20.4.15.1.	Pressuposto da citação por edital.....	603
20.4.15.2.	Hipóteses legais de citação por edital...	603
20.4.15.3.	Prazo do edital	603
20.4.15.4.	Requisitos da citação por edital	605
20.4.15.5.	Formalidades extrínsecas à citação por edital	605
20.4.16.	“Citação circunduta”	606
20.4.17.	Inovações introduzidas pela Lei n. 9.271/96.....	606
20.4.17.1.	Principais questões decorrentes da atual lei.....	607
20.5.	Intimação	611
20.5.1.	Definição.....	611
20.5.2.	Distinção entre intimação e notificação	611
20.5.3.	Regra geral.....	611
20.5.4.	Publicação	611
20.5.5.	Regras especiais	612
Jurisprudência	615
20.6.	Procedimento sumaríssimo (Leis n. 9.099/95 e 10.259/2001)	619
20.6.1.	Introdução	619
20.6.2.	Âmbito de incidência: alteração do conceito de menor potencial ofensivo.....	621
20.6.3.	Regras especiais.....	621
20.6.4.	Procedimento sumaríssimo	628
20.6.4.1.	Fase preliminar e transação penal	628

20.6.4.2.	Fase processual	635
20.6.4.3.	Suspensão condicional do processo.....	641
20.6.5.	Questões finais.....	644
20.6.5.1.	Suspensão condicional do processo.....	644
20.6.5.2.	Representação do ofendido.....	646
20.6.5.3.	Desclassificação para infração de menor potencial ofensivo.....	647
20.6.5.4.	Descumprimento da pena restritiva de direitos na transação penal.....	647
20.6.5.5.	Não pagamento da pena de multa na transação penal.....	647
20.6.5.6.	Da violência doméstica e familiar contra a mulher e da Lei dos Juizados Especiais Criminais	648
20.7.	Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal.....	652
20.7.1.	Procedimento dos crimes falimentares.....	652
20.7.1.1.	Inquérito judicial	653
20.7.1.2.	Recebimento da denúncia. Motivação...	653
20.7.1.3.	Competência	653
20.7.1.4.	Rito	654
20.7.1.5.	Natureza jurídica da sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou extrajudicial	654
20.7.1.6.	Cientificação do MP e prazo para a propositura da ação penal	655
20.7.1.7.	Relatório	655
20.7.1.8.	Ação penal.....	655
20.7.1.9.	Efeitos da condenação.....	656
20.7.1.10.	Prescrição	656
20.7.2.	Procedimento dos crimes contra a honra	656
20.7.2.1.	Introdução.....	656
20.7.2.2.	Procedimento	658
20.7.2.3.	Do pedido de explicações. Procedimento	661
20.7.3.	Procedimento dos crimes funcionais.....	662
20.7.3.1.	Introdução.....	662
20.7.3.2.	Procedimento.....	662
20.7.4.	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial.....	663
20.7.4.1.	Introdução.....	663
Jurisprudência		665

20.8.	Procedimento de competência do Júri popular	667
20.8.1.	Breve histórico	667
20.8.2.	Organização do Júri.....	669
20.8.3.	Soberania dos veredictos	671
20.8.4.	Rito escalonado	671
20.8.4.1.	<i>Judicium accusationis</i>	671
20.8.4.2.	<i>Judicium causae</i>	679
20.8.4.2.1.	Libelo: extinção pela Lei n. 11.689/2008.....	679
20.8.4.2.2.	Desaforamento	680
20.8.4.2.3.	Instalação da sessão.....	681
20.8.4.2.4.	Formação do conselho de sentença.....	683
20.8.4.2.5.	Atos instrutórios	684
20.8.4.2.6.	Debates	685
20.8.4.2.7.	Provas novas	686
20.8.4.2.8.	Formulação dos quesitos	687
20.8.4.2.9.	Votação	689
20.8.4.2.10.	Sentença.....	690
20.8.4.2.11.	Ata do julgamento	691
20.8.4.2.12.	Atribuições do juiz-presidente	691
20.8.5.	Questões finais específicas sobre Júri.....	692
20.8.5.1.	Exame de insanidade mental.....	692
20.8.5.2.	Conferência da urna	692
20.8.5.3.	Número mínimo de jurados	692
20.8.5.4.	Momento de arguir as nulidades	692
20.8.5.5.	Autor principal e partícipe.....	693
20.8.5.6.	Incomunicabilidade entre jurados.....	693
20.8.5.7.	Juiz togado que abandona plenário	693
20.8.5.8.	Recusa ou aceitação de jurados.....	693
20.8.5.9.	Compromisso dos jurados.....	693
20.8.5.10.	Interrogatório. Nulidades.....	693
20.8.5.11.	Cópias aos jurados.....	694
20.8.5.12.	Testemunhas	694
20.8.5.13.	Testemunhas. Pergunta direta	694
20.8.5.14.	Acareação.....	695
20.8.5.15.	Dispensa de testemunhas.....	695
20.8.5.16.	Testemunhas residentes fora da comarca	695
20.8.5.17.	Testemunha que não comparece	695
20.8.5.18.	Depoimento pessoal.....	696
20.8.5.19.	Debates	696

20.8.5.20. Réplica e tréplica	696
20.8.5.21. Apartes	696
20.8.5.22. Intervenção dos jurados.....	696
20.8.5.23. Reinquirição de testemunha	697
20.8.5.24. Dissolução do conselho.....	697
20.8.5.25. Esclarecimento do juiz aos jurados na hora de votar	697
20.8.5.26. Leitura dos quesitos.....	697
20.8.5.27. Sala secreta	697
20.8.5.28. Contradição nas respostas	698
20.8.5.29. Desclassificação pelo Júri	699
20.8.5.30. Desclassificação e crimes conexos	699
20.8.5.31. Algemas no réu durante o julgamento ..	700
20.8.5.32. Formulação de questões na antiga siste- mática do Código de Processo Penal	700
20.9. Procedimento criminal dos crimes de drogas	701
20.9.1. Lei n. 11.343/2006.....	701
20.9.2. Procedimento esquemático	702
20.9.2.1. Na polícia	702
20.9.2.2. Em juízo	703
20.10. Da informatização do processo judicial (Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006)	706
Jurisprudência	707
Questões	712
21. Nulidades	713
21.1. Quadro comparativo dos vícios processuais	716
21.2. Princípios básicos das nulidades	719
21.2.1. Princípio do prejuízo	719
21.2.2. Princípio da instrumentalidade das formas ou da economia processual.....	720
21.2.3. Princípio da causalidade ou da sequencialidade...	720
21.2.4. Princípio do interesse	721
21.2.5. Princípio da convalidação	721
21.2.6. Princípio da não preclusão e do pronunciamento <i>ex officio</i>	722
21.3. Nulidades em espécie	723
21.4. Momento oportuno para a arguição das nulidades relativas	752
Jurisprudência	754
Questões	756

22. Recursos.....	757
22.1. Conceito. Origem.....	757
22.2. Fundamentos.....	758
22.3. Pressupostos processuais	759
22.3.1. Pressupostos objetivos	759
22.3.2. Pressupostos subjetivos.....	769
22.4. Interposição	772
22.5. Efeitos.....	775
22.6. Extinção	777
22.7. Apelação	777
22.7.1. Origem etimológica	777
22.7.2. Conceito	777
22.7.3. Características.....	777
22.7.4. Apelação plena e limitada	778
22.7.5. Legitimidade e interesse	781
22.7.6. Apelação subsidiária do apelo oficial	782
22.7.7. Prazo da apelação do assistente da acusação	783
22.7.8. Renúncia e desistência.....	784
22.7.9. Cabimento da apelação nas sentenças do juiz singular	785
22.7.10. Apelação das decisões do Júri.....	786
22.7.11. Prazo	788
22.7.12. Processamento	790
22.7.13. Liberdade provisória	792
22.7.14. Apelação sumária	793
22.7.15. Apelação ordinária	793
22.7.16. Deserção.....	793
22.7.17. Efeitos.....	793
22.7.18. <i>Reformatio in pejus</i>	793
22.7.19. <i>Reformatio in pejus</i> indireta	794
22.7.20. <i>Reformatio in mellius</i>	795
Jurisprudência	795
22.8. Recurso em sentido estrito	797
22.8.1. Conceito	797
22.8.2. Cabimento	798
22.8.3. Competência para o julgamento	810
22.8.4. Prazos	810
22.8.5. Processamento	810
22.8.6. Efeitos.....	812
Jurisprudência	812

22.9. Protesto por novo Júri	814
22.9.1. Conceito	814
Jurisprudência	814
22.10. Carta testemunhável	815
22.10.1. Conceito	815
22.10.2. Origem histórica	816
22.10.3. Natureza jurídica	816
22.10.4. Procedimento.....	817
Jurisprudência	817
22.11. Correição parcial	818
22.11.1. Conceito	818
22.11.2. Natureza jurídica	818
22.11.3. Previsão legal	818
22.11.4. Legitimidade ativa	819
22.11.5. Objeto do recurso	819
22.11.6. Processamento	819
22.12. Embargos infringentes	820
22.12.1. Conceito	820
22.12.2. Prazo	820
22.12.3. Cabimento	820
22.12.4. Procedimento.....	821
Jurisprudência	822
22.13. Embargos declaratórios	823
22.13.1. Conceito	823
22.13.2. Natureza jurídica	823
22.13.3. Prazo	824
22.13.4. Pressupostos	824
22.13.5. Legitimidade	824
22.13.6. Embarguinhos	824
22.13.7. Efeito suspensivo	825
Jurisprudência	825
22.14. Revisão criminal	826
22.14.1. Conceito	826
22.14.2. Origem histórica	826
22.14.3. Natureza jurídica	827
22.14.4. Legitimidade	827
22.14.5. Prazo	828
22.14.6. Cabimento	828
22.14.7. Admissibilidade	830
22.14.8. Competência	830

22.14.9. Processamento	830
Jurisprudência	832
22.15. <i>Habeas corpus</i>	833
22.15.1. Origem histórica do <i>habeas corpus</i> no mundo	833
22.15.2. Origem do <i>habeas corpus</i> no Brasil	834
22.15.3. Conceito	836
22.15.4. Natureza jurídica	836
22.15.5. Espécies	836
22.15.6. Legitimidade ativa	836
22.15.7. Legitimidade passiva	837
22.15.8. Admissibilidade	837
22.15.9. Competência	840
22.15.10. Impetração	843
22.15.11. Processamento	843
22.15.12. Julgamento e efeitos	844
22.15.13. Recursos	844
Jurisprudência	844
22.16. Mandado de segurança em matéria criminal	847
22.16.1. Conceito	847
22.16.2. Admissibilidade	848
22.16.3. Legitimidade ativa	848
22.16.4. Legitimidade passiva	849
22.16.5. Competência	850
22.16.6. Procedimento	851
Jurisprudência	855
22.17. Recurso extraordinário	856
22.17.1. Conceito, natureza jurídica e finalidade	856
22.17.2. Condições de admissibilidade	857
22.17.2.1. Repercussão geral das questões constitu- cionais – EC n. 45/2004	862
22.17.3. Legitimidade	864
22.17.4. Interposição e processamento	864
22.17.4.1. Efeito suspensivo	867
22.17.5. Súmula vinculante	869
22.17.5.1. Jurisprudência e súmula. Distinção	869
22.17.5.2. Súmula vinculante. Previsão legal	870
22.17.5.3. Competência para aprovar a súmula vinculante	870
22.17.5.4. Requisitos para aprovar, rever ou can- celar súmula vinculante	870

22.17.5.5. Publicação	871
22.17.5.6. Restrição dos efeitos da súmula vinculante.....	871
22.17.5.7. Legitimados para provocar a aprovação, revisão e cancelamento da súmula vinculante	871
22.17.5.8. Procedimento.....	871
22.17.5.9. Reclamação.....	872
22.17.5.10. Súmulas anteriores à EC n. 45/2004...	872
22.17.5.11. Súmulas vinculantes editadas em matéria criminal	872
Jurisprudência	874
22.18. Recurso especial.....	877
22.18.1. Conceito, finalidade e natureza jurídica.....	877
22.18.2. Condições de admissibilidade	878
Jurisprudência	880
22.19. Recurso ordinário constitucional.....	882
22.19.1. No Supremo Tribunal Federal.....	882
22.19.2. No Superior Tribunal de Justiça.....	882
22.19.3. Procedimento.....	882
Questões.....	882
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	883
Súmulas do Supremo Tribunal Federal	891
Súmulas Vinculantes.....	897
<i>Bibliografia</i>	899